

## SÍNTESE POLÍTICA

### AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS

*O momento em que a grande nação americana sofreu um dos mais dolorosos traumatismos de sua história com o bárbaro assassinio do Presidente JOHN F. KENNEDY; parece-nos oportuno para rever em sua perspectiva histórica e atual o problema das relações Brasil-Estados Unidos. O Professor NÉLSON DE SOUSA SAMPAIO resume o problema nos seguintes itens, que desenvolve no artigo de sua autoria:*

1. *As relações Brasil-Estados Unidos, até recentemente, sempre foram satisfatórias.*

2. *Ainda na época do Brasil Império, os Estados Unidos estiveram mais aproximados de nós do que dos demais países latino-americanos. A posição singular do Brasil permitia-lhe uma política mediadora nas relações entre a América do Norte e a América Latina.*

3. *Com a implantação da República no Brasil, os laços com os Estados Unidos estreitaram-se constantemente. Depois de aliado da República norte-americana em duas guerras mundiais, o Brasil culminou a sua política mediadora entre aquela nação e a América Latina com a Operação Pan-Americana.*

4. *A partir da chamada "política externa independente" de JÂNIO QUADROS e JOÃO GOULART, as relações entre os dois países entram em fase de deterioração. A atitude e propaganda antiamericanistas oriundas da guerra fria adquirem novo impulso em face da política ambígua do governo, que dá a impressão de favorecer os adversários de uma aproximação mais estreita com os Estados Unidos.*

5. *Além dêsse motivo de política interna, nossas atuais dificuldades econômicas favorecem o mecanismo psicológico de desvio do descontentamento coletivo para o exterior, e o alvo tende a ser a União norte-americana, nosso principal*

*freguês no comércio externo e o país com maior soma de capital aplicado no Brasil.*

6. *A intensificação da guerra fria dentro de nossas fronteiras decorre dos mesmos motivos existentes em toda a América Latina. Os motivos salientes são dois: a) a instauração, em Cuba, do primeiro regime marxista-leninista do hemisfério; b) a própria existência da Aliança para o Progresso, que arregimenta os seus adversários para um combate semelhante ao que foi feito, na Europa, ao Plano Marshall.*

7. *A propaganda antiamericana tem crescido, últimamente, de proporções e de intensidade. Mas é produto de uma minoria atávica. A contra-ofensiva dependerá do aparecimento de minoria semelhante do lado oposto, a fim de dinamizar os sentimentos pró-Estados Unidos e a favor da Aliança para o Progresso, que a maioria ainda parece aninhar.*

As relações Brasil-Estados Unidos têm conhecido uma constante intensificação em todos os campos: econômico, cultural, político e militar. A União norte-americana é a nossa maior vendedora e a maior compradora. Culturalmente, temos mais contatos com êsse país do que com qualquer outro. Entre as películas cinematográficas, os filmes de televisão e os discos musicais que nos chegam do estrangeiro, as produções de Tio Sam superam as de outra origem. Cada dia cresce, entre nós, o número dos que lêem, no original ou em traduções, livros literários e científicos dos Estados Unidos, enquanto os seus jornais e revistas, — com o *Time* à frente —, ocupam o primeiro lugar entre os periódicos estrangeiros em circulação dentro de nossas fronteiras. Nos meios cultos, a língua inglesa, com sotaque norte-americano, desbancou, desde a Segunda Guerra Mundial, a preferência que manifestávamos pelo idioma francês. No intercâmbio de

professores e alunos das duas nações, existe igual primazia. Há mais estudantes brasileiros na pátria de LINCOLN do que em qualquer outro país. Enquanto isso, nossas universidades tendem a adotar vários dos modos de organização e dos métodos de ensino de suas congêneres norte-americanas. A “americanização”, aqui, — como em muitas partes do mundo —, invade até as maneiras da vida cotidiana. Até os mais velhos vão deixando os trajes formais de ontem, enquanto os jovens usam *blue jean* e se contorcem ao ritmo do *beat*. Na vida comercial, vamos adotando os métodos norte-americanos de publicidade, as lojas de departamentos e os supermercados.

Politicamente, as duas nações são membros de um organismo regional, a Organização dos Estados Americanos, e, a partir de 1961, estão ligadas a um programa de desenvolvimento social e econômico, a Aliança para o Progresso. Militarmente, estão vin-

culadas ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), e, desde 1952, são partes no Acôrdo de Assistência Militar.

Mas devemos reconhecer que êsse aumento de laços econômicos, culturais e políticos não tem feito crescer a cordialidade entre os dois povos. Fala-se, hoje, numa "deterioração" dessas relações, que seria apenas um aspecto de fenômeno mais amplo, o da deterioração das relações dos Estados Unidos e a América Latina. Conviria, pois, para fins de perspectiva histórica, tentar um esboço da evolução das relações Brasil-Estados Unidos. Esquemáticamente, talvez se possa falar em três fases nessas relações, sem pretender, entretanto, fixar com rigor os marcos de cada uma delas. O primeiro estágio, a que chamaríamos a fase dos *amigos paralelos*, iria até o fim do nosso regime monárquico. Teríamos, em seguida, do início da República até o governo JÂNIO QUADROS, a fase dos *amigos convergentes*; e, por fim, dêsse governo aos dias presentes, a fase dos *amigos recriminadores*.

#### AMIGOS PARALELOS

Na primeira fase, o traço mais curioso é que mantivemos com os Estados Unidos relações mais amistosas do que com as nações irmãs da América Latina. Concorreu para isso, como se sabe, o fato de sermos, então, a única monarquia da América Latina. A forma de governo brasileiro, os choques, inclusive armados, que tivemos com os nossos vizinhos do sul e a herança dos problemas fronteiriços da época colonial despertavam

a desconfiança da América espanhola. Enquanto esta se mantinha hostil à "planta exótica" da monarquia brasileira, tendemos a buscar certo equilíbrio de poder no hemisfério numa política de aproximação com a primeira e maior república do Nôvo Mundo.

Por isso, dissemos, certa feita, que, nesse período, o Brasil foi mais monroista do que bolivarista, em virtude do republicanismo doutrinário contido nas idéias de BOLÍVAR. Apesar do caráter isolacionista tanto da política brasileira de então como da dos Estados Unidos, a nota amistosa predominou em suas relações recíprocas. O presidente JAMES MONROE antecipou-se aos demais governos no reconhecimento da independência do Brasil, e o nosso primeiro representante em Washington, o encarregado de negócios SILVESTRE REBÊLO, levava, entre outras recomendações, a de propor "uma aliança defensiva e ofensiva" entre as duas nações.

Pode-se duvidar da cordialidade das relações do Brasil Império com a grande República do Norte, apontando-se que os únicos incidentes diplomáticos entre os dois países se verificaram nesse período. Tais incidentes, todavia, foram ocasionais e de pequena monta. Alguns decorreram de atitudes pessoais pouco felizes de representantes diplomáticos. Os primeiros ocorreram por ocasião de nossa guerra com a Argentina, quando navios norte-americanos tentaram furar o bloqueio brasileiro e foram aprisionados, provocando protestos violentos do cônsul CONDY RAGNET, no Rio de Janeiro. O incidente mais sério verificou-se em

1846, em consequência da prisão de três marinheiros bêbados da Corveta Saratoga, da marinha dos Estados Unidos. O tenente DAVIS, ao exigir, com gestos marciais, a entrega dos seus marinheiros, também foi detido e desarmado, agravando-se a situação. O ministro norte-americano no Rio, HENRY WISE, exagerou o caso e sua conduta foi tida como insolente pelo governo imperial, que retirou o nosso ministro em Washington, por desaprovar um pedido de desculpa que este fizera por conta própria. Daí resultou a única ruptura de relações diplomáticas entre os dois países.

Também a campanha feita nos Estados Unidos a favor da abertura do rio Amazonas à navegação internacional suscitou suspeitas na opinião pública e levou o governo imperial a protelar a decisão até 1866. A desconfiança de nossa parte crescia em consequência das negociações entabuladas pelos Estados Unidos com o Peru e a Bolívia, e pela lembrança da recente anexação do Texas.

Pequenos incidentes ainda surgiram durante a Guerra de Secessão, por termos reconhecido a belligerência aos Confederados. Mas o alto aprêço que cercava o nosso governo nos Estados Unidos pode ser avaliado pelas provas de simpatia e consideração tributadas a D. PEDRO II quando, em 1876, visitou aquele país, embora em caráter particular e não na qualidade de chefe de Estado.

### AMIGOS CONVERGENTES

A Primeira Conferência Internacional Americana, na qual se

lançaram as bases da depois chamada União Pan-Americana, reuniu-se em Washington nos dias finais de nossa monarquia. Esse acontecimento pode servir de marco para o início da segunda fase nas relações Brasil-Estados Unidos. Nesse período, que cobre quase toda a nossa vida republicana, os laços com Tio Sam iriam estreitar-se cada vez mais. A própria República foi olhada por alguns como resultado de nosso espírito de imitação das instituições norte-americanas.

Essa maneira de ver inspirou a um obstinado monarquista, EDUARDO PRADO, o livro mais antiestadunidense de nossa literatura, *A Ilusão Americana*. A obra é, antes de tudo, um manifesto anti republicano e, por isso, se o seu alvo principal é os Estados Unidos, também é atingida toda a América espanhola, cujo traço característico, nas palavras do autor, "além da contínua tragicomédia das ditaduras, das constituintes e das sedições, que é a vida desses países, é a ruína das finanças".<sup>1</sup> Dêsse panorama concluir-se-ia que a monarquia brasileira era o único oásis de verdadeira civilização e de bom governo deste hemisfério. Não atentou o autor para o fato de que a República brasileira não derivava apenas da influência do constitucionalismo norte-americano, cujas raízes, aliás, vieram do Velho Mundo. Entre outras fontes da nossa pregação republicana, estava o positivismo comtiano, legado pela França, tão prestigiada cul-

<sup>1</sup> *A Ilusão Americana*, Editora Brasiliense. 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1958, página 11.

turalmente entre nós. EDUARDO PRADO, porém, reserva o melhor de sua veemência aos Estados Unidos. Apresenta-os com os estereótipos que não eram novos mesmo naquela época, descrevendo-os como uma civilização material e pragmatista, cuja vida internacional era uma história de violência e esbulho dos vizinhos fracos. Ai faz o relato da expansão norte-americana no México e das constantes intervenções na América Central e no Caribe.

O ano de publicação do livro de EDUARDO PRADO, 1893, quando a República era recém-nascida, provocou interesse por sua leitura. Mas foi o confisco da edição pelo governo de FLORIANO PEIXOTO o motivo principal da repercussão do volume. Pouco demorou, porém, para cair no olvido, pois, ao contrário do que sucedia em algumas nações da América Latina, não havia, no Brasil de então, clima favorável a um antiamericanismo sistemático. A própria resenha que acabamos de fazer das relações dos dois países, no tempo do Império brasileiro, refuta as afirmativas do livro de que a Federação norte-americana sempre nutria desprezo e até hostilidade para com o Brasil. EDUARDO PRADO ainda viveu para ver, dois anos após a publicação do seu libelo, o laudo com que o presidente norte-americano GROVER CLEVELAND nos deu ganho de causa na pendência com a Argentina sobre o território chamado das Missões.

Entre os que concorreram para a crescente aproximação norte-americano-brasileira, destacam-se

justamente dois convictos monarquistas, que não tinham, porém, a intransigência de EDUARDO PRADO: o BARÃO DE RIO BRANCO e JOAQUIM NABUCO. RIO BRANCO, que teve, em nossa história, a mais longa gestão no Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), criou, em Washington, a primeira embaixada do Brasil, confiando-a a JOAQUIM NABUCO. Esta ímpar figura da diplomacia brasileira não tardou em converter-se no mais americanista e popular de quantos embaixadores credenciamos junto àquele governo. O segundo lugar quanto a essas qualidades talvez caiba a OSVALDO ARANHA, que ocupou o mesmo posto na década de 1930. Do lado norte-americano, o embaixador que alcançou maior popularidade entre nós foi EDWIN VERNON MORGAN. Depois de 21 anos no cargo, havia-se identificado tanto conosco que passou a dividir a sua vida de aposentado entre o seu país e o nosso, aqui morrendo e sendo sepultado em 1934.

A convergência da política internacional dos dois países assinala-se de modo marcante pela aliança nas duas guerras mundiais. No período interbélico, não deixaram de aparecer alguns prenúncios de antiamericanismo, mas que não revelavam profundidade. Alguns deles manifestaram-se em protestos populares esporádicos contra empresas norte-americanas, embora os investimentos dessa origem não fôssem de grande vulto no Brasil até a Segunda Guerra Mundial, como podemos verificar do seguinte quadro, de acordo com dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos:

## SINTESE POLITICA

(Em milhões de dólares)

<i>País</i>	<i>Ano de 1929</i>	<i>Ano de 1959</i>
Venezuela	233	2.808
Cuba	919	955
Brasil	194	839
México	682	759
Chile	423	729
Peru	124	427
Argentina	332	361

Como algumas firmas norte-americanas eram concessionárias de serviços públicos urbanos, atraíam, em certas ocasiões, por motivo de tarifa ou de falhas de funcionamento, a animosidade popular. Entre outros casos, recordamo-nos de que a Revolução de 1930, na Bahia, teve como senha o "quebra-bonde", quando os líderes revolucionários locais espalharam adrede uma falsa notícia de que os "gringos" americanos da Circular, nas reuniões da diretoria, costumavam sentar-se sobre a bandeira brasileira.

Na década de 1930, o Partido Integralista, de feição e ideologia fascistas, afagava as colônias alemãs do sul do Brasil, apesar do seu exaltado credo nacionalista. Sua cruzada contra o "imperialismo" era principalmente antiinglês, mas não deixava de alvejar também, embora com menor vigor, os Estados Unidos. Enquanto perdurou o pacto HITLER-STALIN, os comunistas deram uma discreta colaboração a êsses pontos-de-vista. Aliás, na primeira fase do conflito, as simpatias a favor do Eixo aninhavam-se no próprio cimo do governo. VARGAS não se conteve em assinalar, em discurso, o significado do triunfo nazista sobre

a França, como favorável augúrio dos governos fortes.

Amigo, porém, da técnica das duas amarras, GETÚLIO mantinha no Ministério do Exterior OSVALDO ARANHA, que trabalhava a favor dos Aliados. Com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, tivemos o período de mais intensa aproximação da história das duas nações. Antes disso, já havíamos negociado com o *Export-Import Bank* um substancial crédito para o início da usina siderúrgica de Volta Redonda, a maior da América do Sul. Já tínhamos dado também permissão para o uso de nossas bases aéreas do Norte e Nordeste, -- Belém, Recife e Natal, esta a mais importante, a ponto de merecer a denominação de o "trampolim da vitória", porque daí partiam os transportes de tropas e material para o desembarque do norte da África. Militares norte-americanos confraternizavam com a população de vários dos nossos portos e com os colegas brasileiros nas bases aéreas, no patrulhamento do Atlântico Sul e, finalmente, nos campos de batalha da Itália. ROOSEVELT gozou, então, de uma popularidade raramente tributada no Brasil a um estadista estrangeiro, e talvez só igualada por CHURCHILL. Os democratas brasileiros não perdiam ensejo para homenagear os dois vultos e, dêsse modo, fazer oposição à ditadura que paradoxalmente imperava dentro de casa, enquanto lutávamos contra o fascismo de além-Atlântico.

A linha da convergência internacional prolonga-se depois da Guerra e atinge seu ponto mais alto com a idéia da Operação Pa-

namericana (OPA). Em consequência das demonstrações hostis que o vice-presidente RICHARD NIXON arrostou na sua viagem pela América do Sul, em 1958, o presidente JUSCELINO KUBITSCHEK tomou a iniciativa de sugerir a EISENHOWER um programa de revitalização econômica da América Latina, que servisse para apoiar as instituições democráticas e fortalecer os vínculos políticos dessa área com o mundo ocidental. A OPA seria depois transformada, pelo presidente JOHN KENNEDY, na matriz da Aliança para o Progresso.

#### AMIGOS RECRIMINADORES

Parece estranho que, nessa altura, desde o anúncio do projeto da Aliança para o Progresso, se inicie a terceira e atual fase das relações dos dois países. Internamente, ela se assinala com a presidência JÂNIO QUADROS, e resulta da ação de três fatores dominantes: a conjuntura internacional, as condições econômicas do país e sua situação política.

Internacionalmente, esta fase dos "amigos desconfiados" mergulha as suas raízes no começo da guerra fria. A partir daí, vários grupos — com os comunistas à frente —, esforçam-se por emprestar ao "nacionalismo" no Brasil, como em todos os povos subdesenvolvidos, uma coloração antiamericana, enquanto se procura colocar os Estados Unidos na posição de alvo dos nossos ataques contra o imperialismo, outrora dirigidos contra a Europa, especialmente contra o imperialismo britânico. Ainda hoje, quando a política alfangária do Mercado Comum

Europeu constitui séria ameaça ao nosso comércio exterior, a guerra de propaganda entre as massas quase não se volta contra o Velho Mundo.

Até a revolução cubana, mais de uma década de guerra fria não conseguiu grandes avanços em sua pregação antiamericanista. O Brasil, sem passado de choques com os Estados Unidos, continuava o país latino-americano onde os sobrinhos de Tio Sam podiam viver mais tranqüilos, e os seus órgãos diplomáticos e consulares quase não conheciam incidentes. Hoje, a situação não se pode dizer tensa, mas há sensíveis mudanças. A razão primeira reside na existência de um Estado-marxista-leninista no hemisfério, que se converteu em quartel-general revolucionário próximo, pelo exemplo e pela infiltração. O exemplo é capaz de animar os grupos comunistas e pára-comunistas das mais variadas correntes, desde os partidários cidadãos da linha russa até os entusiastas das guerrilhas camponesas à moda de MAO-TSE-TUNG. O fidelismo pôde, assim, compensar, na América Latina, as sérias crises do movimento comunista internacional oriundas da desestalinização e do cisma chinso-soviético.

Outro fator da constelação internacional que acirra a luta ideológica da guerra fria é a própria Aliança para o Progresso. Os comunistas são convocados para uma ofensiva de descrédito contra ela, semelhante à que desencadearam, na Europa, contra o Plano MARSHALL.

Economicamente, a situação brasileira vem-se caracterizando por

## SÍNTESE POLITICA

um crescente endividamento externo, e, internamente, por uma impetuosa inflação. A queda do preço de nossos produtos de exportação agrava o *deficit* cambial que o aumento das importações necessárias para o desenvolvimento industrial provoca de per si. No ano de 1962, o confronto entre o ritmo de avanço econômico e a explosão populacional patenteou o nosso primordial problema, embora não seja o mais visível para o grande público. Nesse ano, o índice de crescimento econômico baixou de 7% para 3,7%, ou seja, quase estagnação se deduzirmos a taxa de 3,5% do incremento demográfico. Nesse ambiente, qualquer diagnóstico apressado de nossas dificuldades pode encontrar fácil ressonância. Não será difícil convencer certos setores de opinião de que a baixa dos preços de nossa exportação resulta de um deliberado plano imperialista do nosso maior comprador, os Estados Unidos. De modo semelhante, pode-se dar eco à doutrina de que o encarecimento da vida deriva das "bombas de sucção" do capital estrangeiro, predominantemente norte-americano, que carrearía para o exterior boa parcela das divisas conseguidas com o suor brasileiro. Esse estado de espírito explica a rápida aprovação, em 1962, da lei de remessa de lucros para o exterior, cujo efeito tem sido o de estancar a entrada de novos capitais estrangeiros no Brasil e apressar o retorno dos existentes. As mesmas circunstâncias de desordem econômica e perturbação política impedem que a Aliança para o Progresso avance de maneira sensível para produzir

um impacto favorável sobre a opinião pública.

Politicamente, a mudança que se inaugura com a gestão JÂNIO QUADROS consiste no fato de que certas atitudes antiamericanistas, até então partidas de esferas extra-oficiais, são coadjuvadas, direta ou indiretamente, pelo procedimento do próprio governo. Em JÂNIO, ninguém duvidava de que certos lances de sua chamada "política externa independente", sua cômte aos países neutralistas ou a recepção pouco cordial proporcionada — segundo o noticiário dos jornais —, ao ex-embaixador ADOLF BERLE JUNIOR obedeciam a uma estratégia bem estudada. Visavam, provavelmente, a duplo objetivo: conseguir mais autoridade para negociar com êxito com Tio Sam, e desviar a atenção do povo dos sacrifícios impostos pela política de austeridade. Se bem que quase toda a gente esperasse um *happy end* nas relações da administração janista com os Estados Unidos, não resta dúvida de que os setores antiamericanistas colheram dividendos de propaganda como fruto de tal política.

O governo JOÃO GOULART inicialmente teve de seguir a mesma trilha a fim de não aparecer como capitulacionista num confronto com seu antecessor. Posteriormente, por força de outros fatores, o governo accentuava essa linha de comportamento internacional. Em janeiro de 1962, na VIII Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior, realizada em Punta del Este, a representação brasileira, embora reconhecendo que a adoção do marxismo-leninismo era incompatível com a Carta da OEA,

deixou de votar a expulsão de Cuba do seio dessa organização. Esteiou-se no argumento de que era mister a revisão da Carta para prever o processo de exclusão de um Estado-membro. Não obstante, o Brasil votou pela retirada de Cuba da Junta Interamericana de Defesa. Era difícil, assim, afastar a impressão dos observadores de que a nossa argumentação jurídica encobria um propósito político. O debate que, no Brasil, antecedeu e se seguiu a essa Reunião interamericana demonstrou que a nossa política externa havia adquirido uma intensidade polêmica até então desconhecida.

No mês seguinte, fevereiro de 1962, o ato do governador LEONEL BRIZOLA, desapropriando a Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul, subsidiária da *International Telephone and Telegraph Company*, levantou, nos Estados Unidos, uma onda de desconfiança contra o nosso país. Podemos dar um depoimento da repercussão dessa medida, quando, um ano depois, seguimos com um grupo de estudantes, a fim de participar de um seminário na Universidade da Califórnia em Los Angeles. Ao saltarmos no aeroporto dessa cidade, um guarda da alfândega, indagado, por um colega, de onde eram aqueles rapazes, respondeu-me que "vinham do Brasil, país que está desapropriando as empresas americanas".

Em abril de 1962, porém, João Goulart fazia cordial visita aos Estados Unidos, com as afirmações clássicas de solidariedade continental, fidelidade às instituições democráticas e fé na Aliança para o Progresso. Pareceria

que estávamos prestes a retomar a linha tradicional em nossas relações com aquele país. Contudo, pouco depois do regresso do presidente GOULART ao Brasil, o seu governo se transformou numa cadeia de crises políticas: crise para formar o segundo gabinete, que acabou sendo mais da confiança do chefe de Estado do que da Câmara dos Deputados; antecipação da data do plebiscito para retorno ao governo presidencial; campanha do plebiscito; pressões sindicais sobre o Congresso para aprovação das "reformas de base", entre as quais avulta a reforma agrária; motim dos sargentos de Brasília (setembro de 1963); solicitação de estado de sítio, logo seguida de retirada estratégica do pedido (outubro de 1963). Toda essa agitação política gera emissões maciças de papel moeda, que agravam a já torrencial inflação e criam novas ondas de desassossêgo social. Nos seus movimentos políticos, o presidente GOULART tem revelado certa preferência pelos métodos plebiscitários, passando por cima do Congresso, e buscando o apoio de sindicatos operários, de grupos comunistas ou comunistas e nacionalistas de variados matizes.

Tudo isso produz novas suspeitas em Washington. Em dezembro de 1962, ROBERT KENNEDY deve ter sido porta-voz das preocupações de seu país na conversa reservada que manteve, em Brasília, com João Goulart. Seguindo os jornais, o colóquio girou em torno do problema da desapropriação de concessionárias norte-americanas, a infiltração comunista e a devastadora inflação. Enquanto

isso, o seu irmão JOHN KENNEDY adiou, *sine die*, a retribuição da visita de JOÃO GOULART, à espera de tempos melhores.

Estes têm sido tempos afanosos para a Embaixada norte-americana, que frequentemente é levada a publicar notas de informação ou esclarecimento. Em uma delas, declara ser falsa a notícia de ter havido uma reunião na residência do embaixador LINCOLN GORDON a fim de tratar-se da sucessão presidencial brasileira (Nota de 8 de agosto de 1963). Em outra nota, divulga-se que no Brasil só existem 177 "Voluntários da Paz", e não 15.000 como alguns órgãos de imprensa veicularam. Ao mesmo tempo, presta-se conta da aplicação dos Fundos do Acôrdo do Trigo, negando que qualquer parcela tivesse sido desviada para financiar a propaganda de candidatos apoiados, no último pleito (1962), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (Comunicado de 28 de agosto de 1963). Sintomático da facilidade com que se podem canalizar, num sentido antiamericano, os impulsos violentos do povo foi o que se passou em Fortaleza no mês de setembro deste ano. Numa agitação de rua, sem nenhuma vinculação com o consulado norte-americano, e que se iniciou com um protesto de estudantes e populares contra o aumento das tarifas de ônibus, a multidão acabou invadindo o Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) e queimando-lhe o arquivo.

Tais efeitos promanam de uma intensa ofensiva de propaganda antiamericana, em que o lado contrário, quando não fica em silên-

cio, se coloca na defensiva. A campanha publicitária está por toda a parte. Não se limita às inscrições esparsas nas paredes "Cuba, sim; Tanques, não!". Espalha-se em jornais, periódicos e livros. É impressionante a quantidade de literatura panfletária que abarrota as livrarias. EDUARDO PRADO ressuscitou em reedições e se pôs em moda. A diferença é que esse precursor ensinava um evangelho anti-republicano, enquanto o catecismo de seus herdeiros de hoje é a concepção leninista do imperialismo dirigida contra os Estados Unidos. É farta a quantidade de livros, nacionais ou traduzidos, a preços módicos, por vezes edições de bolso, onde se encontra desde a apologia da revolução cubana, a descrição dos processos mao-tse-tunguianos de guerrilha, até o relato das "espoliações" que nos fazem os Estados Unidos. Livros que se vendem a rúdo e que são devorados sobretudo pelos estudantes, ou seja, pela elite intelectual e dirigente de amanhã.

A Aliança para o Progresso não é poupada nessa bibliografia, que a descreve como espécie de máscara "assistencial" para dar visos de boa consciência ao "imperialismo" ianque. (As críticas nessa direção partem até de membros do próprio governo, como vimos nos ataques feitos pelo nosso representante na última Conferência Interamericana de Ministros da Educação, reunida em Bogotá.) Até críticas que se apresentam como "construtivas" pretendem retirar algum proveito popular. O próprio "avô" da Aliança, JUSCELINO KUBITSCHEK, está distribuindo o seu "Relatório" sobre as

deficiências da Carta de Punta del Este como documento de sua já iniciada campanha presidencial.

Publicações anticomunistas também existem, porém em menor produção, com predominância de traduções, pois são poucas as obras nacionais dessa natureza. De qualquer modo, têm menor vendagem que a propaganda contra o "imperialismo" americano. Por outro lado, o combate contra essa publicidade é dificultado pela falta de maior compreensão cultural entre os dois povos. Os Estados Unidos jamais desfrutaram, entre nós, o prestígio que, nesse particular, teve a França. Muita gente ainda se apega aos velhos clichês que pintam o ianque como um materialista pragmático, sequioso de dólar, imaturo e sem cultura humanista. Para alguns brasileiros, essa caricatura da civilização norte-americana desempenha o papel de uma racionalização que os consola inconscientemente num confronto entre os dois países. Têm certos setores religiosos, não é raro encontrar sinais de espírito competitivo entre uma nação católica e outra protestante, o que deveria estar quase apagado depois da eleição de JOHN KENNEDY, — o primeiro católico a ocupar a presidência dos Estados Unidos.

Numa pequena mostra de opinião colhida, na Bahia, em fins de 1962, entre 72 candidatos a cargos eletivos (na maioria concorrentes à Câmara estadual, alguns aspirantes a deputados federais e vereadores, e um candidato a governador), as respostas às questões relativas à Aliança para o Progresso podem ser assim classificadas:

É vantajosa ao Brasil .....	45
Não é vantajosa .....	11
Omissões e respostas imprecisas	16

Quanto às perguntas sobre qual deveria ser a política internacional do Brasil, o resultado foi o seguinte:

Colaboração mais estreita com os EUA .....	29
Política neutralista (aproximação com o bloco neutralista)	21
Afastamento de todos os blocos	7
Colaboração mais estreita com o bloco soviético .....	0
Omissões e respostas imprecisas	15

Por um contato pessoal com os entrevistados, observou-se que estes geralmente não tinham idéia clara quanto à Aliança para o Progresso e, ainda menos, quanto aos problemas de política internacional. De qualquer modo, a grande maioria mostrou-se confiante na Aliança para o Progresso. Em relação à diretriz de nossa política exterior, predominou a linha tradicional de aproximação com a América do Norte, mas foi ponderável o número de respostas pró-neutralismo. Como não foi interrogado nenhum comunista declarado, não houve resposta favorável a uma colaboração maior com o bloco soviético.

#### CONCLUSÃO

Sem dúvida, o fenômeno chamado pelo embaixador estadunidense o "envenenamento das relações Brasil-Estados Unidos" não se apresenta como irreversível. É obra de uma minoria ativa que sabe explorar as condições atuais da vida brasileira. O problema é

## *SINTESE POLITICA*

encontrar liderança e minoria semelhante do outro lado, capaz de dinamizar a maioria, a qual, segundo parece, ainda se inclina, si-

lenciosamente, por uma maior aproximação com Washington e a favor de iniciativas como a Aliança para o Progresso.